



[Em prol do desenvolvimento efetivo nos alunos de competências económicas e democráticas
no exercício pleno de uma cidadania ativa]

A IMPORTÂNCIA DA LITERACIA

ECONÓMICA E DEMOCRÁTICA

NOS 12 ANOS DE ESCOLARIDADE

1 – BREVE ENQUADRAMENTO

A APROCES evidenciou no seu documento [Em prol do desenvolvimento efetivo nos alunos de competências económico-sociais, promotoras de um cidadão consciente e responsável no exercício pleno de uma cidadania ativa] que:

- a) O “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória” (2017) pretende, entre outros desígnios, que o aluno no final dos 12 anos “seja um cidadão munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia”, “capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação” e “que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta” (p. 10);
- b) Os planos curriculares (mesmo aqueles que contemplam alguma autonomia) possuem uma sobrecarga de determinadas áreas, sem que exista qualquer área disciplinar na área das ciências sociais e económicas, conforme resulta da análise dos planos curriculares plasmados no Decreto-lei n.º 55/2018 de 6 de julho;
- c) Os conteúdos disciplinares das Ciências Sociais e Humanas são, ou extensos e repetitivos (em que as Aprendizagens Essenciais não cumprem a sua função e se continua a reclamar falta de horas);
- d) Inclusão nos programas das disciplinas das Ciências Sociais e Humanas (História e Geografia de Portugal bem como de História e Geografia) de conteúdos programáticos claramente de natureza económica, sem que os referidos docentes tenham formação adequada a uma análise técnica e crítica de conceitos (muitas vezes complexos) da área das Ciências Económicas;

Assim, os alunos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do ensino secundário (salvo estes os que optam pelos cursos científico económicos) não têm acesso à aprendizagem de quaisquer conteúdos de natureza económica e financeira (ou seja, têm uma carga letiva total nos 5 anos de 0 minutos/semana), o que constitui uma grave lacuna na sua formação enquanto cidadãos do século XXI, bem como uma desigualdade de oportunidades, quando têm de optar sobre qual a área científica-humanística que vão frequentar no ensino secundário.

2 – COMPETÊNCIAS ECONÓMICAS (E FINANCEIRAS)

Todos ouvimos falar da palavra “economia”, uma das referidas ultimamente nos órgãos de comunicação social, políticos, jornalistas e as mais diversas pessoas falam de “economia”.

Ao refletirmos sobre acontecimentos ocorridos a nível nacional ou internacional sentimos a presença da economia no nosso quotidiano.

A luta por recursos como o petróleo e a água, estão na origem de muitos conflitos. As migrações dos povos dos países menos desenvolvidos para a Europa ou a contestação à atual globalização são situações de natureza política e social, mas também com causas económicas.

Mas afinal o que é a “economia”?

Não é apenas literacia financeira, importante obviamente, mas é falar de produção, do desemprego, um flagelo social que afeta as sociedades modernas, do papel das empresas, de produtividade e competitividade, de inflação, da riqueza do país (PIB), do Orçamento de Estado e do seu impacto sobre o orçamento das famílias, de défice orçamental e dívida pública, do papel do Estado na diminuição da desigualdade na repartição do rendimento (Portugal é um dos países da Europa onde a desigualdade é maior), da pobreza que a todos nos envergonha, do comércio internacional, do

papel importante do turismo no crescimento do país e outros temas que os alunos devem ter conhecimentos para adquirir competências que lhes permitam ter uma opinião mais fundamentada sobre o seu país e o mundo, para ajudar na sua transformação.

Se analisarmos alguns estudos verificamos que:

- a) A OCDE (E2030 Curriculum Database © OECD 2020) refere que o currículo nacional não contempla a literacia financeira ([Contents in curriculum \(a\) Learning areas/subjects](#));
- b) Também segundo o inquérito efetuado em maio de 2021 pelo Centro de Investigação e Intervenção Social - Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa constata-se que a Literacia Financeira, que integra um dos domínios da nova disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, é dos menos abordados pelos alunos sendo-o em apenas 2 anos durante os 12 anos de escolaridade ([Encontros Regionais Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania na Escola 18 de novembro a 6 dezembro de 2021](#) slide 19)
e, além disso, entre o 5.º e o 12.º ano de escolaridade o tempo dedicado à aprendizagem em todos os domínios da área disciplinar é de apenas 800 minutos por ano, isto é, cerca de 13 horas (slide 28);
- c) Segundo o BCE em 2020 Portugal ficou em último lugar (entre os 19 países da zona euro) a nível de literacia financeira, relativamente ao público em geral (https://www.ecb.europa.eu/pub/economic-bulletin/articles/2022/html/ecb.ebart202108_02~5c1e5a116d.en.html).
- d) Também no estudo **“Financial literacy and financial resilience: Evidence from around the world”** levado a cabo por Leora Klapper (“World Bank, Development Research Group”) e Annamaria Lusardi (“Professor of Economics and Accountancy, George Washington University”), as autoras, medindo a alfabetização financeira usando perguntas que avaliam o conhecimento básico de quatro conceitos fundamentais na tomada de decisões financeiras (conhecimento de taxas de juro, composição de juros, inflação e diversificação de risco), conclui que *“em todo o mundo, apenas um em cada três adultos é alfabetizado financeiramente – ou seja, eles conhecem pelo menos três dos quatro conceitos financeiros; as mulheres, os adultos pobres e os inquiridos com baixo nível de escolaridade*

são mais propensos a sofrer de lacunas no conhecimento financeiro. Isso é verdade não apenas em países em desenvolvimento, mas também em países com mercados financeiros bem desenvolvidos, níveis relativamente baixos de alfabetização financeira exacerbam os riscos do consumidor e do mercado financeiro à medida que instrumentos financeiros cada vez mais complexos entram no mercado”.

A APROCES considera fundamental tomar consciência que o mundo se alterou profundamente nos últimos 30 anos e que as “*armas*” para o combate às desigualdades e aos desafios num mundo global não se compaginam com as abordagens do século XX. É indispensável fornecer aos jovens portugueses as competências fulcrais que lhes permitam vencer os (grandes) desafios que têm pela frente na aldeia global.

Os alunos aprendem aquilo que vivem, aquilo que lhes está próximo, de que se apropriam e que desenvolvem em trabalhos de projeto, interdisciplinares, que se traduzem numa análise crítica da realidade atual. Realidade essa que apenas é abordada a nível das chamadas ciências sociais e humanas e, em particular, nas disciplinas económicas e sociais.

Existem, assim, **competências que são fundamentais no século XXI e que não são proporcionadas ao longo dos 12 anos de escolaridade** (apenas com uma exceção para os alunos que, no ensino secundário, frequentam o curso de Ciências sócio-económicas).

Assim interrogamos-nos:

- Que saberá o aluno sobre a realidade que o rodeia e em que se pretende seja um cidadão ativo e responsável?
- Que saberá o aluno do século XXI sobre a realidade portuguesa, sobre a realidade europeia ou sobre o mundo que o rodeia?
- Que saberá sobre a “Economia” que hoje tanto se fala?

O Perfil dos Alunos apela à capacidade de selecionar informação, isto é,

- Não basta determos informação. É preciso saber utilizá-la;
- Não há uma relação direta entre a existência de informação e a possibilidade de que os indivíduos se apropriem dela;
- Para que tal aconteça são necessários “mapas de leitura” capazes de reconhecer a utilidade da informação de maneira a selecioná-la e canalizá-la eficientemente nos processos cognitivos que conduzem à resolução dos problemas.

É esta capacidade que, vulgarmente, se tem designado por Literacia.

Sendo fácil entendermos que são necessários “quadros de leitura” capazes de processar informação de carácter económico dado o nível de complexidade que atingem, hoje em dia, as economias globalizadas e conseqüentemente o grande “volume” de informação económica exigida pela tomada de decisões para as quais o cidadão comum é sistematicamente requisitado.

Para além disso, é sabido que a realidade portuguesa caracteriza-se por as famílias portuguesas serem das mais sobre endividadas da União europeia e a população apresentar elevados (e graves) níveis de iliteracia financeira.

O planeamento e gestão do orçamento familiar, a utilização responsável do crédito e a prevenção para produtos financeiros de risco ou situações de fraude e lesivas para os consumidores, são competências que os jovens portugueses, devem estar munidos para se encontrarem aptos a responderem aos desígnios de desenvolvimento que se colocam aos cidadãos no século XXI.

Deste modo, torna-se urgente e inadiável criar condições que permitam aos alunos desenvolverem as competências – chave a nível da literacia económica (e financeira) que lhes permitam adquirir os “mapas de leitura” fundamentais para a análise e crítica da realidade económica que os rodeia no mundo globalizado., preparando os nossos jovens para enfrentarem os desafios do século XXI, contribuindo para o desenvolvimento do país, mas também para uma sociedade mais justa, nunca esquecendo que o mais importante são as pessoas.

3 – COMPETÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

De igual modo, do ponto de vista das competências democráticas, analisando alguns estudos e documentos, verificamos que

- a) O relatório apresentado pela Fundação Calouste Gulbenkian, baseando-se, entre outros, nos dados do European Social Survey 2002-2019 (ESS) e num inquérito à população portuguesa com 15 ou mais anos, refere os *baixos níveis de participação política “convencional” da juventude* (orientadas para o sistema partidário: voto, comícios de partidos, participação noutras atividades partidárias), comparativamente menos que a maioria dos seus congéneres europeus (p. 3 do Relatório Síntese);
- b) Também a nível da participação dita não convencional - em *causas específicas (climáticas, nacionalistas, antifascistas, LGBTQ+/ feministas)* (p. 4), *os/as jovens portugueses, em relação à média europeia, se destacam por terem ainda baixos níveis de participação* (p. 8);
- c) Por outro lado, o *Europe for YOUTH – YOUTH for Europe EU Youth Conference: Space for Democracy and Participation | EU Youth Conference Report and Implementation Toolbox* (Relatório da Conferência de Juventude da EU e Ferramentas para a Implementação, Portugal 2021) concluiu, entre outros aspetos, que *“os jovens têm de adquirir competências e conhecimentos relevantes. É necessário expandir o currículo escolar para incluir a educação não formal: pensamento criativo, cidadania ativa, e tomada de decisões práticas (relativamente aos conhecimentos que adquirem)”* e *“permitir aos jovens votar aos 16 anos de idade garantiria uma participação mais direta e significativa, bem como uma maior sensibilização para a representação política”* (p. 37);
- d) O inquérito efetuado em maio de 2021 pelo Centro de Investigação e Intervenção Social - Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa constata que, embora os *Direitos humanos*

(*civis e políticos, económicos, sociais e culturais, e de solidariedade*) sejam abordados em 9 dos 12 anos de escolaridade ([Encontros Regionais Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania na Escola 18 de novembro a 6 dezembro de 2021](#) slide 18), o tempo dedicado às aprendizagens não clarifica quais as áreas deste domínio que se referem à participação democrática em concreto uma vez que o domínio dos *Direitos Humanos* é muito alargado, abrangendo áreas como direitos *civis e políticos, económicos, sociais e culturais, e de solidariedade*. (slide 29);

- e) O *Quadro de Referências das Competências para a Cultura Democrática* visando apoiar os *Estados-Membros no desenvolvimento de sociedades abertas, tolerantes e heterogêneas através dos seus sistemas educativos* (p. 5 vol 2) deve preparar os jovens para que estes se tornem indivíduos ativos, participativos e responsáveis: *as sociedades complexas, multiculturais e em constante evolução* (p. 7);
- f) Este quadro de referências apresenta um modelo que se alicerça em 4 competências (Valores, Atitudes, Capacidades e Conhecimento e entendimento crítico) pressupondo no caso desta última competência um “conhecimento e entendimento crítico do mundo (política, lei, direitos humanos, culturas, religiões, história, media, economia, ambiente e sustentabilidade)”.

Em face do exposto anteriormente, verifica-se que os alunos ao terminarem o 12.º ano de escolaridade apresentam poucas competências a nível da literacia democrática, porque não tiveram no seu percurso académico acesso a (in)formação que lhes permita exercer uma cidadania mais consciente, melhor informada, para fazerem escolhas (também eleitorais) e participarem da vida pública.

Com muita regularidade assistimos, até em reportagens feitas pelas televisões, a jovens com o 12º ano, ou a frequentarem o ensino universitário, que não sabem em que consiste a Constituição da República Portuguesa e qual a importância; que não identificam os órgãos de soberania nem conhecem as suas funções; que até votam, mas desconhecem o sistema eleitoral. Exemplo disso é assumirem, com convicção, que em Portugal se vota para o Governo e que se elege o Primeiro Ministro, porque não sabem interpretar de forma crítica as campanhas eleitorais.

A APROCES considera assim ser necessário dotar os nossos alunos até ao 12º ano de escolaridade com competências para o exercício de uma cidadania plena, assente na ética da solidariedade, na justiça social e na dignidade da pessoa humana, ou seja, numa sociedade com liberdade para viver e responsabilidade para conviver. Uma cidadania com respeito pelos princípios e valores democráticos.

Uma cidadania alicerçada no desenvolvimento da curiosidade científica, mas também da coesão sociocultural. Alicerçada na melhoria do relacionamento entre pessoas e povos e na demonstração de respeito pelo outro e apreço pelos valores que têm como referência os direitos civis e políticos, económicos, sociais, culturais e ecológicos.

É perante esta urgência de dotar os alunos portugueses de competências para viverem na sociedade atual e futura que a escola assume um papel fundamental. É importante a escola tornar-se mais atrativa e, em sintonia com as novas gerações, incorporar a sociedade do conhecimento na formação de uma cidadania democrática, que abarque todas as dimensões da nossa vida coletiva.

4 – CONCLUINDO

De acordo com o documento “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (p. 10) pretende-se que o jovem seja, também, “*um cidadão*”:

- *munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia;*
- *livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;*
- *capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação;*

- *que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta”.*

A escola tem um contributo determinante para que os alunos sejam cidadãos conscientes e ativos, com competências necessárias para a vida em sociedade, preparados para enfrentarem os desafios do século XXI. O que só é possível se estiverem munidos de “*múltiplas literacias*”, incluindo as literacias económica e democrática.

A APROCES entende, tal como já temos vindo a referir, que há necessidade de ser reforçarem as competências económicas e financeiras, bem como as competências no âmbito da participação democrática.

Assim, a APROCES elege como eixos prioritários:

- Realçar a importância da dimensão social - económica e democrática no contexto do Perfil dos Alunos;
- Promover a criação de uma disciplina para o 12.º ano que permita a todos os alunos ter um mínimo de competências nas dimensões económica e democrática;
- Reforçar a formação ao longo da vida (formação de adultos).